

Apresentação

O trabalho retoma a trajetória das concepções sobre a infância nas teorias sociais, a partir de uma abordagem interdisciplinar no sentido de deslocar as fronteiras entre as diversas ciências humanas. A proposta é compreender a visibilidade da infância quilombola a partir do reconhecimento das singularidades identitárias nas políticas públicas. A análise recai sobre os fatores internos de socialização das crianças e da relação da comunidade com o Estado na definição das políticas. As crianças, também herdeiras de uma essência racial, são a expressão da manutenção e preservação dos territórios culturais dos quilombos.

❑ **Objetivos:** pretendeu-se investigar a construção da visibilidade das crianças quilombolas, a partir da análise sobre: as políticas adotadas pelo Estado, as demandas colocadas pelo movimento social quilombola relativamente à infância e o lugar da criança nas comunidades. Buscamos identificar os vieses que ofereçam referência a uma maior visibilidade a este grupo social, bem como o desenvolvimento de políticas públicas específicas para estes estratos e uma noção mais rigorosa acerca das crianças quilombolas. Para tanto, nossa investigação envolveu um conjunto de agentes que influenciam a vida das crianças nas comunidades sob distintas perspectivas: (1) a comunidade, (2) a escola, (3) o movimento social, (4) o Estado.

Quilombos no Brasil: “Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico – raciais, segundo critérios de auto – atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (Art. 2º Lei Federal nº 4.887, de 20 de Novembro de 2003)”.

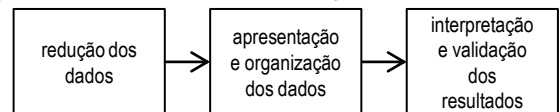
Metodologia

Como método de coleta de dados, utilizaram-se algumas técnicas da etnografia. Optamos por entrevistas semi - diretas e em paralelo como complemento aos dados recolhidos, a observação participante. Para tanto, considerou-se a utilização da observação participante, devido à nossa permanência no terreno por um período prolongado, somado às características do contexto cultural pesquisado.

As entrevistas: foram realizadas ao todo 23 entrevistas nas comunidades quilombolas de Ivaporanduva (São Paulo / Brasil), e comunidade quilombola de Conceição das Crioulas (Pernambuco / Brasil).

As observações: caracterizadas por meio de diários de campo

A interpretação dos dados: a análise qualitativa das entrevistas deu-se através do método de análise de conteúdo. Optamos pela construção de categorias analíticas, de acordo com as seguintes etapas:



❑ **Participantes da investigação:** mães de crianças quilombolas, professores das escolas comunitárias, líderes do movimento social e gestores públicos.

❑ **Abordagem analítica:** o trabalho parte do pressuposto de um modelo de (in) visibilidade da criança quilombola baseado: na sociologia das ausências e a infância quilombola; nos direitos humanos e os limites no que concerne a diversidade cultural no mundo; na espacialização de políticas distributivas em vez de sinergias entre redistribuição e reconhecimento; e na homogeneização das comunidades e da criança quilombola.

Resultados e discussões

Paradigma da invisibilidade: (1) a sociologia das ausências e a infância quilombola; (2) os direitos humanos e os limites no que concerne a diversidade cultural no mundo; (3) a espacialização de políticas distributivas em vez da interação entre políticas de reconhecimento e de distribuição; (4) a homogeneização das comunidades e das crianças negras.

Na sequência da apresentação de análise descritiva do material empírico, se conclui com uma verificação da sua adequação às hipóteses inicialmente formuladas:

A primeira dimensão de discussão é a existência de negligência por parte do Estado no que se refere a aplicação de políticas públicas que atendem às necessidades específicas da criança quilombola, em que a definição das políticas, quase sempre, não levam em conta o conhecimento das condições de vida das crianças quilombolas. As mulheres, “herdeiras da terra”, exprimem e recodificam os modos culturais da vida nos quilombos. Contudo a reduzida participação das mulheres nas instâncias de decisão estratégica e política das comunidades, pode condicionar as políticas públicas para a infância. A existência de percepções distintas entre o que é ser criança negra do meio urbano e criança negra do meio rural .

Conclusões

Esta investigação assume proposições resultantes da pesquisa, que *fornece* elementos para se pensar a infância no Brasil, e desta forma compreender como se constrói a visibilidade dos direitos das crianças quilombolas; que *entende* que a justiça social nos quilombos deve pautar-se pela interação entre diferença, distribuição e reconhecimento; que *compreende* o papel da criança como elemento de sociabilização da comunidade com outros meios, ao passo que reconhecem sua identidade cultural e coletiva na comunidade; e que *propõe novos paradigmas* para compreender o papel das crianças quilombolas na manutenção de sua cultura, saberes e tradição. Compreendemos que a criança quilombola embora invisibilizada pelo Estado em face a adoção de políticas públicas específicas, encontra proteção social na família e nas redes de apoio local. Tais redes sociais baseiam-se nos modos de vida cultural dos quilombos, em que não há fronteiras para as relações de parentesco. As mães, por sua vez, representam a centralidade da continuidade das comunidades como mediadoras das famílias. O Estado por sua vez, ao negar os códigos culturais partilhados pelas comunidades (e no caso das crianças quilombolas, verificamos tal negação na temática da educação quilombola e do trabalho infantil), contribui para o rompimento e descontinuidades da herança cultural emanada.